

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FED. DO R.G. DO SUL - FAURGS
REDE INTEGRADA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL - REDESAN - 2010
MÓDULO III - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E
AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP) (B)**

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NA BIBLIOTECA VIRTUAL DO PROJETO REDESAN

Título: A Importância da Diversificação Rural na Agricultura Familiar

Autor: THAÍS XAVIER DA SILVA

Palavras Chave: Agricultura Familiar– SAN- Diversificação Rural

Categoria: B

A Importância da Diversificação Rural na Agricultura Familiar

THAÍS XAVIER DA SILVA

SANTA MARIA - RS

SETEMBRO DE 2010

[O conteúdo e forma do trabalho são de responsabilidade do(s) autor (es)]

1. INTRODUÇÃO

A agricultura tem uma grande importância dentro da economia nacional, mas como o mercado está cada vez mais dinâmico, está ocorrendo uma crescente diversificação das atividades agrícolas. A produção agrícola já não é mais a única fonte de renda das famílias que vivem na área rural.

No cenário que compõe o meio rural surge um ator com grande importância econômica e social: o agricultor familiar. A agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (Schuch, 2004).

Para o agricultor familiar se manter neste mercado competitivo é necessário criar formas alternativas de trabalho e sobrevivência. A diversificação rural/agrícola pode ser uma dessas formas, uma vez que poderá diminuir os riscos de se ter apenas uma atividade como principal fonte de renda e manutenção familiar.

A diversificação constitui uma das opções estratégicas na política do desenvolvimento rural, especialmente nos territórios rurais mais afetados pelo declínio de determinadas atividades agrícolas, pois representa uma atitude renovadora de um processo de revitalização social, econômica e ambiental.

Mas, para que os agricultores familiares possam diversificar sua produção e desenvolver diferentes e novas formas de sistemas de produção sustentáveis, de acordo com as demandas do mercado consumidor por produtos diferenciados, é preciso orientação, ajuda do governo ou de suas estruturas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural e mudança de consciência e comportamento dos técnicos e dos gestores públicos que atuam como agentes de desenvolvimento.

É preciso implantar e executar de forma eficiente as políticas públicas destinadas a promover sistemas de produção sustentáveis para os agricultores familiares, também é necessária uma união de esforços entre as instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, as escolas técnicas e

universidades, os órgãos de gestão pública e as próprias organizações de agricultores. As políticas públicas e programas específicos (nacionais, estaduais e municipais), a formação profissional para os agentes de desenvolvimento, bem como os métodos participativos de planejamento e de gestão dos recursos públicos, principalmente no âmbito local, são alguns dos instrumentos para enfrentar o difícil desafio de promover novas práticas agrícolas e, com elas, o desenvolvimento.

A atenção não deve se limitar ao interior da unidade produtiva agrícola e, menos ainda, a algum produto agrícola específico. É indispensável o estudo dos sistemas de produção, cadeias produtivas, oportunidades de mercado, observar as dinâmicas familiares, respeitando as experiências dos agricultores, apoiando a organização comunitária e valorizando a educação para a cidadania (Denardi, 2004).

O desenvolvimento da agricultura familiar deve começar com o conhecimento das necessidades dos produtores e da forma como eles as percebem (Denardi, 2004).

2. DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA E SUA IMPORTÂNCIA:

No Brasil, a década de 1960 é um marco do processo de modernização da agricultura, passando a ser conhecida como “Revolução Verde”, e tendo por objetivo: [...] contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988, p. 44).

Neste período de transformação das relações entre indústria e agricultura, os agricultores passam a ser estimulados a se especializarem na produção de um único produto, abandonando a diversificação de atividades e das culturas, que eram uma das maiores características da agricultura familiar.

Deste modo, abandona-se em grande parte a produção para auto-consumo. Esse fenômeno empobrece a dieta dos agricultores e promove a sua total dependência por produtos industrializados e pelo cultivo de produtos

comerciais que possam garantir uma renda mínima necessária à subsistência da família.

Segundo Almeida (1999), no Brasil e no Rio Grande do Sul, a idéia de diversificação agrícola começa a surgir ainda na década de 70, com a ação pioneira de uma cooperativa do noroeste do estado, que na época apresentava o esboço de um projeto renovador da produção agrícola e de desenvolvimento e que pretendia contrapor-se ao modelo existente. Essa diversificação, segundo Brum (1988), estimulava os produtores a ter uma diversidade de atividades agropecuárias, com produtos agrícolas e integração entre a lavoura e pecuária. No entanto, com uma crise que abalou a estrutura da cooperativa nos anos seguintes, o projeto de diversificação acabou ficando de lado, resumindo-se a poucas experiências e restritos discursos.

Também a partir de 1985, a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) passa a incorporar nos seus discursos uma preocupação maior com os pequenos agricultores, visando identificar tecnologias rústicas e de baixo custo aquisitivo, bem como incentivo a diversificação de consorciação, adubação orgânica, entre outros. A partir desse ano iniciam-se as primeiras experiências, promovidas pela extensão, de forma pulverizada país a fora.

Diante da realidade, também no nível acadêmico e técnico, começaram a ser estudadas alternativas para garantir, em especial, a reprodução econômica dos agricultores familiares no meio rural. Não se trata agora de uma política agrícola nacional, mas de pequenas ações tomadas por grupos de agentes em nível local na tentativa de promover a sobrevivência da agricultura familiar.

O modelo de modernização da agricultura, que inseriu a mecanização intensiva, trazendo problemas de compactação do solo, erosão e tornando grandes contingentes de trabalhadores sem ocupação, pelo significativo aumento da produtividade do trabalho, também trouxe o êxodo rural e o crescimento acelerado das grandes cidades.

Verifica-se que se a modernização da agricultura trouxe indiscutível desenvolvimento no aspecto econômico a diversas sociedades, já no aspecto social, verifica-se o êxodo rural e a urbanização desordenada, somadas ao

empobrecimento dos agricultores por sua expropriação diante dos capitais industriais e financeiros como indicadores negativos.

A agricultura brasileira passou por um processo intenso de modernização, que alterou a paisagem rural e os próprios agricultores, especialmente os familiares, seus modos de vida. Estas mudanças são resultado, principalmente, da aproximação da agricultura com a indústria nos seus diferentes setores: indústria química, de máquinas e equipamentos agrícolas, indústria processadora.

Diante deste contexto, os sistemas agrícolas perderam grande parte da sua diversidade, especialmente os praticados por pequenos agricultores, e que mesmo ainda variando de propriedade para propriedade, possuem muitas características comuns, como a inovação tecnológica rápida; os grandes investimentos de capital para aplicar em produção e em tecnologia; a monocultura; o uso de variedades híbridas para obter altos rendimentos; a utilização extensiva de praguicidas, fertilizantes, o aporte energético externo; a alta produtividade do trabalho; e a grande dependência da agroindústria.

Entre todas as conseqüências registradas, destaca-se a excessiva especialização dos sistemas produtivos e as tecnologias intensivas da agricultura convencional, que levaram a uma dependência de pesticidas e fertilizantes sintéticos, causando grande impacto negativo sobre o ambiente e as sociedades rurais. A busca de outro modelo de desenvolvimento rural, diante de todos os acontecimentos é inevitável. E desde a década de 80, algumas alternativas vêm sendo paulatinamente aperfeiçoadas no sentido de construir uma agricultura mais sustentável, enquanto resposta a degradação dos recursos naturais associados à agricultura convencional.

A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais Atividades agrícolas ou pecuárias em uma propriedade rural. Por exemplo, uma propriedade que produza mandioca, milho, leite e crie suínos, é considerada uma propriedade diversificada.

A diversificação dá ao produtor um grande benefício, onde faz com que fiquem menos vulneráveis as intempéries climáticas como também às oscilações dos mercados de produtos, onde com a monocultura o seu leque de

opções está extremamente restrito a uma única cultura, que em certos momentos pode não ser viável.

A diversificação valoriza o espaço das pequenas propriedades rurais e ajuda na maximização do lucro, já que esta pode utilizar a mão-de-obra, quase em sua totalidade, de pessoas que integram a família.

Diante da atual realidade da agricultura familiar no Brasil, torna-se necessária à elaboração de estratégias que possibilitem aos produtores maiores rendas e melhores condições de vida. A diversificação é percebida como uma dessas alternativas.

Na agricultura familiar, considera-se, especialização, a produção baseada em uma só linha de produção, onde o agricultor depende de uma única fonte de renda para a sobrevivência da família.

Diversificação é a produção de vários sistemas de culturas e criações onde o agricultor tem várias fontes de renda durante o ano agrícola para o fornecimento do mercado evitando o risco da perda total da produção por condições adversas. A diversificação, através da adequada combinação de linhas de produção principais, complementares e suplementares, determina o uso mais completo dos recursos disponíveis, favorece o uso contínuo da mão-de-obra, evitando o problema social e econômico do desemprego, reduz os riscos devidos a preços desfavoráveis e permite rotação de cultura.

A diversificação está associada ao exercício simultâneo de várias atividades derivadas da atividade agrícola e não agrícola, no sentido de tornar mais competitivas as explorações agrícolas, através de alternativas que se complementem. Também está ligada à preservação das características, os valores e tradições, o patrimônio e os recursos endógenos de cada território, propiciando o seu desenvolvimento sustentado e conferindo-lhe atratividade. A diversificação é, assim, uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade das propriedades rurais, na medida em que garante a biodiversidade, promove o mercado de trabalho mantendo a população, cria riqueza através de novas oportunidades de negócio e gera dinâmicas em torno de agentes de desenvolvimento local (IDRHa, 2007).

Além disso, é vista como processo coletivo que engloba a revitalização social, econômico e ambiental, a diversificação constitui uma opção estratégica

fundamental na política do desenvolvimento rural, em particular das propriedades mais afetados pelo declínio da atividade agrícola (IDRHa, 2007).

Duas formas marcantes na diversificação da agricultura familiar, são a pluriatividade e a produção para subsistência.

A produção de subsistência é aquela que produz alimentos suficientes para as necessidades do agricultor e de sua família. Os alimentos produzidos são caracterizados por possuírem uma grande diversidade, qualidade, por satisfazerem os gostos e representarem a cultura dos componentes da família. A produção para subsistência não serve apenas para autoconsumo, ela é uma característica genuína da agricultura familiar que cumpre várias funções nas formas sociais de produção e trabalho; funções estas ligadas à cultura e modo de vida típicos das comunidades rurais. Assim, pode-se dizer que a produção de subsistência é responsável pela autonomia reprodutiva do agricultor familiar, por manter interna a unidade produtiva, fazendo com que o grupo doméstico dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente (GAZOLLA, 2004).

A produção para subsistência também interfere no processo de sociabilidade do agricultor familiar. Esta sociabilidade diz respeito ao processo pelo qual as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente. A socialização ocorre durante as visitas entre as famílias, ocasião em que trocam valores, produtos, sementes, saberes que servem para aprimorar técnicas da subsistência, ao mesmo tempo em que a subsistência proporcionava a sociabilização (GAZOLLA, 2004).

A pluriatividade está ligada à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra e também cada vez menos executada dentro da unidade de produção. Assim, trata-se de um fenômeno do qual membros das famílias optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHENEIDER, 2003).

Há duas possibilidades de se encarar a pluriatividade: uma é a possibilidade de incorporação desse segmento importante da população rural na dinâmica local. Outra é quanto à pluriatividade ser um caminho para proletarização total e abandono da atividade agrícola (CARNEIRO, 2006).

Assim, pode-se dizer que a pluriatividade é uma potencialidade para a agricultura familiar porque possui um papel importante na estabilização e diversificação das rendas (aumento), na redução dos fluxos migratórios e em mudanças no significado da terra e do rural. No entanto, não se pode deixar de lado a produção agropecuária.

A diversificação das atividades agropecuárias aparece como uma possibilidade de fuga para a complicada situação das unidades de produção familiares frente aos sistemas produtivos especializados e homogêneos. Almeida (1999) destaca que as experiências de diversificação começaram a ser apresentadas como estratégias de resistência em regiões nas quais certas categorias de agricultores encontram-se financeiramente em dificuldades e/ou buscando novas relações econômicas entre produtores, consumidores, Estado e mercados internacionais.

Entre as vantagens, apontadas por Fantin (1986), em diversificar a unidade produtiva está o fato de a diversificação da estrutura produtiva poder representar um mecanismo alternativo para que o agricultor tenha uma segunda, terceira e /ou quarta opção de fonte de renda. Assim caso haja alguma adversidade climática ou problema no mercado, o agricultor pode permanecer no meio rural produzindo, junto com sua família.

3. CONCLUSÃO:

Estabelecer um projeto de desenvolvimento municipal, ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros (Schuch, 2004).

A diversificação rural/agrícola pode ser uma das únicas alternativas para promover o desenvolvimento da agricultura familiar de um município ou de toda uma região e, conseqüentemente, promoverá uma diminuição no êxodo rural e uma melhoria na qualidade de vida desses produtores.

O trabalho dessas famílias constitui a base de um modelo de sociedade que defende, entre outras coisas, a valorização do modo de vida na agricultura familiar, a geração de oportunidades, emprego e renda no campo, o desenvolvimento local e regionalizado, o cooperativismo e o associativismo, a educação voltada para a realidade rural, o resgate da auto-estima em ser agricultor e agricultora, o acesso a terra para possibilitar a manutenção das famílias no campo e conter o êxodo rural e o resgate cultural e a valorização da história das pessoas e das comunidades.

Para tanto, procurou-se efetuar um estudo no intuito de comprovar que os pequenos produtores rurais conseguem evitar o êxodo rural diminuindo o desequilíbrio social, uma vez que com as valorizações a seu favor, a agricultura familiar passou a ser um dos setores mais criativos e viáveis na geração de alternativas de renda, possibilitando assim, a sustentabilidade das famílias rurais.

Pode-se dizer que a diversificação dos sistemas agrícolas familiares é uma condição indispensável para a sobrevivência e competitividade da agricultura familiar diante do atual modelo tecnológico voltado para a monocultura, já que ela tem a capacidade de garantir a biodiversidade, manter a população no campo, criar riquezas e promover o desenvolvimento social, cultural, econômico, ambiental. Como componente da diversificação, a produção de subsistência assume papel fundamental para a sobrevivência da família, já que garante a segurança alimentar do grupo familiar, preserva a cultura dos povos, promove a sociabilidade entre as comunidades, proporciona maior autonomia reprodutiva frente ao mercado, sendo assim, uma das grandes responsáveis para a permanência da agricultura familiar no meio rural.

Com relação à pluriatividade, pode-se dizer que ela é uma estratégia, mais atual, sustentável de diversificação dos modos e vida das famílias rurais, e representa-se importante complemento de renda, sendo muitas vezes decisório para a permanência do agricultor no campo. Deste modo, o papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural está em contribuir para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades. No entanto, ela não pode ser motivo de exclusão dos sistemas agropecuário, pois se isto acontecer, ela poderá contribuir para a

saída do agricultor do campo ao invés de ser uma estratégia de permanência e diversificação.

4. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja.** Ijuí; Vozes, 1988.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica.** In: SCNEIDER, S. (Coord.). **A diversidade da agricultura familiar.** Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** 2004

FANTIN, E. **Diversificação: um segredo da pequena unidade produtiva.** Revista Brasileira de Extensão Rural. V. 8, n. 1, p. 10-11. 1986.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de auto-consumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004.** 287 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul –Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre/RS, 2004.

IDRHA - Instituto de desenvolvimento rural e hidráulica. Ministério da agricultura o desenvolvimento rural e das pescas. **Diversificação de atividades em meio rural.** Disponível em: < http://www.idrha.min-agricultura.pt/meio_rural/introducao.htm >.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SCHUCH, H.J. **A Importância da opção pela Agricultura Familiar.**
<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/fetagr/fetagr99.doc>.(17/01/2004).